

Dores da periferia: mapas afetivos e vozes que recusam os silenciamentos femininos

Camila Holanda Marinho

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Grupo de Estudos e Pesquisas Travessias - “Trajetórias Juvenis, Afetividades e Direitos Humanos”

camila.marinho@uece.br

<https://orcid.org/0000-0001-8632-7423>

Resumo

Este artigo trata dos mapas afetivos delineados nas periferias urbanas quando a morte se apresenta como um evento cotidiano. Propõe-se uma leitura e uma escuta das vozes que temem as violências diárias, clamam por justiça e sobrevivem com medo e desesperança. Lugares onde a saudade faz parte da travessia de pessoas que perderam precocemente um jovem de seu círculo de afetos. O objetivo do estudo foi mapear sentimentos de pessoas que se recusam aos silenciamentos femininos, tomando as emoções como parte do trabalho de campo e possível via para a compreensão do outro. Destacam-se as narrativas de mulheres que experienciam a dor do luto, o temor da morte e as violências cotidianas, tendo em vista que ecoam nas periferias vozes de mulheres que, ao perderem seus filhos, iniciam uma luta por justiça, reconhecimento e amor. Portanto, são vozes que enunciam dores femininas das periferias, a partir de seus marcadores sociais e interseccionais, que produzem afirmações políticas, culturais e subjetivas, mobilizando formas diversas de sobrevivência, reexistência e proteção.

Palavras-chave afetividades; narrativas femininas; periferia; morte; luto.

Pains from the outskirts: affective maps and voices that refuse female silencings

Abstract

This article discusses the affective maps outlined on the urban outskirts when death presents itself as an everyday event. It is proposed to read and listen to voices that fear daily violence, cry out for justice, and survive in fear and hopelessness, places where missing someone is part of the journey of people who have prematurely lost a young person in their circle of affections. The study aimed to map feelings that refuse female silencings, taking emotions as part of the fieldwork and a possible way of understanding the other. The narratives of women who experience the pain of mourning, fear of death, and daily violence stand out, considering that voices of women who, upon losing their children, begin their struggle for justice, recognition, and love echo in the outskirts. Therefore, these are voices that utter female pains from the outskirts, stemming from their social and intersectional markers, which produce political, cultural, and subjective statements - mobilizing various forms of survival, reexistence, and protection.

Key words affections; female narratives; outskirts; death; mourning.

Dolores de la periferia: mapas afectivos y voces que rechazan los silenciamientos femeninos

Resumen

Este artículo discute los mapas afectivos delineados en las periferias urbanas cuando la muerte se presenta como un hecho cotidiano. Se propone una lectura y una escucha de voces que temen las violencias cotidianas, claman justicia y sobreviven con el miedo y la desesperanza, lugares donde extrañar a una persona forma parte del camino de aquellos que han perdido prematuramente a un(a) joven de su círculo de afectos. El estudio tuvo como objetivo mapear sentimientos que rechazan los silenciamientos femeninos, tomando las emociones como parte del trabajo de campo y una posible forma de entender al otro. Se destacan las narrativas de mujeres que viven el dolor del duelo, el miedo a la muerte y las violencias cotidianas, considerando que resuenan en la periferia las voces de mujeres que, al perder a sus hijos, inician su lucha por la justicia, el reconocimiento y el amor. Por tanto, son voces que desde la periferia profieren dolores femeninos, que parten de sus marcadores sociales e interseccionales, que producen afirmaciones políticas, culturales y subjetivas - movilizandodiversas formas de supervivencia, reexistencia y protección.

Palabras clave afectividades; narrativas femeninas; periferia; muerte; duelo.

Douleurs de la périphérie: des cartes affectives et des voix qui refusent les silences féminins

Résumé

Cet article traite des cartes affectives tracées dans les périphéries urbaines lorsque la mort se présente comme un événement quotidien. Sont proposées une lecture et une écoute des voix qui craignent les violences quotidiennes, réclament justice et survivent dans la peur et le désespoir, des lieux où manquer une personne fait partie du parcours des personnes qui ont perdu prématurément un(e) jeune de leur cercle d'affection. L'étude visait à cartographier les sentiments qui refusent les silences féminins, en prenant les émotions dans le cadre d'un travail de terrain et d'une manière possible de comprendre l'autre. Les récits de femmes qui vivent la douleur du deuil, la peur de la mort et les violences quotidiennes sont mis en évidence, considérant que les voix des femmes résonnent dans les périphéries qui, après avoir perdu leurs enfants, commencent leur lutte pour la justice, la reconnaissance et l'amour. Ce sont donc des voix qui énoncent des douleurs féminines de la périphérie, à partir de leurs marqueurs sociaux et intersectionnels, qui produisent des déclarations politiques, culturelles et subjectives - en mobilisant différentes formes de survie, de réexistence et de protection.

Mots-clés affectivités; récits féminins; périphérie; mort; deuil.

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.
(Conceição Evaristo, 2008, p. 10)*

Por uma introdução afetiva sobre as dores da periferia

Silenciar deixou de ser uma forma de viver o luto. Observamos nas periferias brasileiras vozes de grupos que lutam por reconhecimento em razão de injustiças sofridas e por reparações contra as violências que ceifam a vida de uma parte significativa da juventude moradora desses lugares. São vozes geralmente alardeadas por mulheres. Há décadas, a morte se tornou um evento cotidiano nos bairros pobres e naqueles marcados por desigualdades, pobreza e exclusões de diversas ordens. Trata-se de um contrassenso civilizatório, pois a promessa da modernidade era a longevidade, a extensão da vida e da juventude como um ideal. Enquanto alguns grupos mais privilegiados cobiçam a juventude alargada, outros celebram por ainda estarem vivos aos 18 anos de idade. Pesquisadores que analisam os modos de viver (ou sobreviver) das juventudes em situações de violência e violação de direitos acessam tais narrativas com frequência. Para muitos, continuar vivo é questão de sorte. Quando se reconhecem os mapas afetivos de um(a) jovem que perdeu a vida, observa-se que, em sua grande maioria, são de mulheres as vozes que ecoam essas dores. São as vozes das mães, tias, avós, irmãs e namoradas que gritam em desespero. Elas são as primeiras a chegar ao local da morte e encontram o corpo estendido no chão. Assim, finda-se uma trajetória de precariedades que extermina os projetos de futuro de jovens pretos, do sexo masculino, moradores das periferias e descendentes de famílias normalmente chefiadas por mulheres.

Essas informações podem ser acessadas a partir dos dados de *Cada Vida Importa: Relatório Final do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência* (Assembleia Legislativa do Estado do Ceará [AL CE], 2016), publicado pelo Comitê de Prevenção e Combate à Violência (CPCV) da AL CE, que outrora se chamava Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), uma exitosa experiência cearense de prevenção à violência e de formulação de políticas públicas que reúne representantes do Estado, de movimentos sociais e de universidades, e vem servindo de inspiração para que outras cidades e estados brasileiros articulem seus próprios comitês. Um das narrativas que mais chamou a atenção no desenrolar do trabalho de campo desta pesquisa, na qual atuei como pesquisadora e consultora, foi: “eu ouvi o tiro que matou meu filho”. Essa fala sempre me tocou profundamente, pois não se trata apenas de um grito de alerta, ela também é capaz de despertar empatia e indignação diante das dores da periferia naqueles que consideram que “cada vida importa”.

Essa narrativa é uma representação do que tratamos neste artigo como *dores da periferia*, portanto, as vozes femininas que delineiam mapas afetivos que resistem diariamente à dor do luto, ao medo de ameaças contra a vida de outro jovem periférico, que pode ser seu filho ou o filho da sua amiga, da sua irmã, da sua vizinha, o namorado ou companheiro de outra mulher ou o pai de uma criança. São dores que se recusam a silenciar, pois a periferia luta por amor pela vida dos jovens periféricos e pela memória daqueles que não sobreviveram. Jeanne Favret-Saada (2005), ao analisar os caminhos para a compreensão da alteridade, destaca que a “empatia”, a ideia de “deixar-se afetar”, é uma via de acesso à experiência do outro, a uma experiência emocional suscitada pela participação naquilo que se quer compreender, a um modo de conhecimento em si.

Dizer “jovens periféricos” é marcar a singularidade do campo da experiência e as diversas condições de existência nas margens da cidade. Significa trazer uma terminologia de identificação presente nos discursos dos jovens, ou seja, um termo nativo que exprime práticas de resistência e afirma que a periferia tem uma identidade que não deve ser exclusivamente reconhecida pela precariedade e exclusão. Pensar a periferia pelo viés da violência guarda relação com os eventos que marcam esses lugares. Assim, em outros tempos, ser periférico era uma expressão de estigmatização vinculada à ideia de algo perigoso, seja essa expressão atribuída a uma pessoa ou a um lugar. No Brasil, muitas capitais têm suas periferias narradas a partir de eventos de violência. Tomo as chacinas como exemplo. No Rio de Janeiro, a Chacina da Candelária, ocorrida em julho de 1993, ceifou a vida de 8 crianças e adolescentes que viviam nas ruas do centro da cidade. Em São Paulo, o mês de maio de 2006 fez nascer o Movimento Mães de Maio, constituído pelas famílias das 564 pessoas que foram assassinadas naquele mês em todo o estado. Em 2015, o bairro da Cabula, em Salvador, teve 12 moradores assassinados poucos dias antes do Carnaval na capital baiana. Em novembro desse mesmo ano, 11 jovens da Comunidade

do Curió, em Fortaleza-CE, foram mortos durante 6 horas de tiroteio efetuado por policiais militares. O que esses eventos têm em comum? Quais são suas recorrências? Tratam-se de situações de violência que ocorrem nas periferias urbanas, vitimando jovens pobres e pretos, com trajetórias marcadas pela precariedade, cujas famílias passarão a desbravar uma longa luta por justiça e reparação.

Sentimentos dolorosos são desencadeadas pela violência e pelo modo como são produzidas as rotulações juvenis, especialmente dos moradores da periferia, que se atrevem a transgredir, a romper e interromper o dado, o dito, o esperado, pois, como enuncia Glória Diógenes (2003, p. 50), “os jovens lançam-se em uma vertiginosa onda contínua, desnudados das marcas costumeiras, transmudando os signos da ordem e da moral urbana”. Eles são produtores de rotas, encontros e movimentos. Suas circulações por experiências, contingências e (re)existências têm paisagens de sentimentos que consolidam modos de atravessar e construir significados em suas trajetórias de vida (Marinho, 2020). Compreender a juventude como um tempo de travessia é reconhecer que seus percursos não estão estabelecidos por trajetos com começo, meio e fim, mas por meio da experiência que o ato de movimentar desencadeia. Suas travessias expressam o nomadismo e o fluxo da vida cotidiana, transformando percursos, experiências, etiquetas, éticas, emoções e desejos em um movimento desordenado que produz uma temporalidade desalinhada, e não etária, resultante de experiências singulares e transgressoras que invertem padrões normatizados e normatizadores da vida social. Essas dimensões imbricadas designam modos de vida, afetos e multipertencimentos marcadores das juventudes contemporâneas.

Nota-se que grande parte das vozes que clamam pela vida das juventudes são de mulheres. Portanto, se estamos tratando de narrativas femininas, nada mais adequado do que dialogar neste artigo apenas com estudiosas e pesquisadoras de temas que analisam as formas de opressão, violência e reconhecimento e as correntes teóricas vinculadas às epistemologias decoloniais e ao feminismo negro. Assim, trazemos para esse debate intelectuais como Bell Hooks, Grada Kilomba, Angela Davis, Judith Butler, Veena Das, Nancy Fraser, Gayatri Spivak, Hannah Arendt, Joan Scott e Berenice Bento, dentre outras que analisam as formas de opressão e subalternidade às quais as experiências e os sentimentos das mulheres são submetidos, mas que desenvolvem resistências e reexistências sobre a condição feminina. Dessa forma, a escrita etnográfica é um lugar não só de descrição densa e vivida por uma(o) observadora(o), mas de engajamento e de desconstrução de marcações de diferenças, como aponta Vanessa P. Perin (2021, p. 312):

Assim, olhar para diferentes escalas encarnadas nos corpos, nas experiências, nas lacunas das narrativas, nos posicionamentos dos sujeitos é atentar para as significações da malha de afetos que perpassam tanto a vida dos sujeitos de pesquisa, quanto para aquelas que são produzidas pelas relações do pesquisador

em campo e, posteriormente, em seu trabalho de escrita. São, enfim, narrativas do mundo e engajadas no mundo.

As experiências e narrativas apresentadas neste artigo resultam de uma longa trajetória de pesquisa que realizo nas periferias de Fortaleza. Desde o início dos anos 2000, quando realizei um estudo com as jovens viúvas que perderam seus namorados repentinamente, passando por um tempo de pesquisa com jovens moradores de rua, e retomando atualmente as investigações sobre homicídios de jovens e as trajetórias de jovens que são filhos de jovens vítimas de homicídios. Portanto, venho observando percursos, analisando modos de viver e escutando histórias de jovens e mulheres das periferias ao longo de minha trajetória como pesquisadora. Observo como mulheres entrecruzam suas trajetórias de vida e seus mapas afetivos com formas de sobreviver a um cotidiano marcado por dor e medo, no qual a violência diária pode causar desesperança entre aquelas que lutam por amor e preservação da memória de alguém de seu círculo de afetos que perdeu a vida precocemente, fazendo-as aprender a viver com a dor de uma saudade. Percebo como uma dor da periferia se difere de dores de outros lugares, especialmente por sua sensação de recorrência e infinitude, pois a vida precária desperta uma aparente conformidade, como se outro modo de viver marcado pela segurança, pela justiça social e pela idealização de projetos de futuro para as juventudes das periferias fosse algo inalcançável. Com isso, o objetivo deste estudo é mapear sentimentos de mulheres que recusam aos silenciamentos femininos, tomando as emoções como parte do trabalho de campo e possível via para a compreensão do outro.

Alianças, emoções compartilhadas e condição feminina

Judith Butler (2019) enuncia que informações sobre vidas perdidas não devem ser lidas apenas como dados numéricos, mas como histórias que se repetem todos os dias de forma interminável e irremediável. Seus questionamentos giram em torno de preocupações com a produção da comoção, dos julgamentos e de maneiras mais inclusivas e igualitárias de reconhecer a precariedade. Para Butler (2019), a precariedade é um lugar de aliança, um elo que une as populações mais expostas à violência de Estado para reivindicar direitos e disputar o sentido público do espaço público. Desse modo, afirmar que uma vida pode ser lesada, exterminada, perdida é uma forma de sublinhar não só sua finitude, como sua precariedade, pois a vida de alguém está, de alguma forma, nas mãos dos outros (Butler, 2019). Assim, a vida nas cidades marcadas por desigualdades sociais são produtoras de eventos de violência que escrevem suas histórias e, geralmente, temos jovens como

principais vítimas de tais eventos¹. Tratam-se de narrativas que exibem as desigualdades de gênero, raciais e regionais das estruturas que alimentam a chamada *necropolítica*, esse sistema de morte, como um método direcionado às políticas para as juventudes brasileiras.

Considerada nas pesquisas sobre pobreza e violência em países atravessados por injustiças sociais, a necropolítica se tornou a ferramenta que afirma a banalidade da vida e da morte de determinados grupos sociais. No entanto, Berenice Bento (2018) nos provoca a pensar sob outro ponto de vista, pois a autora foca suas discussões no papel do Estado para entender a relação entre biopolítica (dar a vida) e a necropolítica (promover a morte). Para a autora, a governabilidade, para existir, precisa produzir interruptamente zonas de morte:

[...] o necrobiopoder unifica um campo de estudos que tem apontado atos contínuos do Estado contra populações que devem desaparecer e, ao mesmo tempo, políticas de cuidado da vida. Dessa forma, proponho nomear de necrobiopoder um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver (Bento, 2018, p. 7).

Em recente artigo (Leite & Marinho, 2020), apresento narrativas de mulheres que são mães e que lutam por reconhecimento, amor e memória em razão do assassinato de seus filhos, vítimas daquilo que elas denominam “terrorismo de Estado”². Observamos como essas mulheres têm experiências e trajetórias de vida marcadas por violências, assim como carregam em suas travessias os desafios de viver uma maternidade inexoravelmente solitária e aflita. Os termos “mães da periferia” e “mães não convencionais” mostram como ser mãe de um(a) jovem negro(a) e pobre remete a práticas de resistências cotidianas e mobilizações de estratégias para garantir sua maternidade e seu “direito de ser mãe” quando a vida de seus filhos se encontra em risco (Leite, 2018; Vianna & Farias, 2011). Alice é uma mulher de 42 anos de idade que vive na periferia de Fortaleza. É negra, formada em Pedagogia e foi criada apenas por sua mãe. Atua como uma importante articuladora do movimento “Vozes do Socioeducativo e Prisional”, portanto, trata-se de uma voz que enuncia as dores de viver uma maternidade na periferia:

1 O *Atlas da Violência 2020* (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [Ipea], 2020) mostra que, dentre os 30.873 jovens assassinados em 2018, 75% eram negros, 74% tinham escolaridade de até 7 anos e 77% foram vítimas de arma de fogo. As maiores taxas de homicídios no país se concentram em capitais do Norte e do Nordeste (na ordem, Roraima, Ceará, Pará, Rio Grande do Norte, Amapá e Sergipe). Portanto, além daquilo que os números revelam, por trás deles existem trajetórias de vida de pessoas que morreram e que deixaram outras pessoas sofrendo as dores de sua morte.

2 Esse termo é recorrentemente usado pelos familiares de pessoas das periferias que sofreram algum tipo de violência institucional protagonizada por agentes do Estado (agressões verbais, agressões físicas e/ou assassinatos).

Nós não somos mães convencionais. As mães que têm filhos nos espaços institucionais, a gente tem um outro modelo de maternidade. Nós temos outros enfrentamentos. Enquanto mães convencionais sonham com os filhos nas faculdades, com boas notas, uma boa escola, nós mães da periferia duelamos para manter os nossos vivos e fora das grades [...] Viver numa cidade violenta é esse medo que nós temos [...] Fortaleza é uma cidade tão violenta que, ao invés dos governantes e gestores promoverem outras políticas públicas que não sejam do policiamento, da letalidade, a punição, prender pessoas, não se investe em educação, em cultura e lazer. Aí eu termino com aquela frase, né: onde não há cultura e lazer a violência se torna um espetáculo. E os meninos que crescem nessa violência toda, eles respondem dessa maneira, né!? Ora, regam as favelas de balas e violência e querem que nasçam flores. Não nasce. Essa conta não vai fechar (Leite & Marinho, 2020, p. 351).

Alice enuncia suas tensões e indignações em relação à vida em uma cidade perigosa e seu sentimento de desproteção diante das políticas públicas. Sua “maternidade não convencional”, como definiu, faz dela uma mulher que precisa transformar suas dores em lutas e resistências diárias em defesa da vida dos jovens periféricos. Alice integra um grupo de mulheres que vivenciam “peregrinações institucionais”, como definem Adriana Vianna e Juliana Farias (2011), que emergem quando elas não têm notícias de seus filhos, não conseguem visitá-los ou não sabem se estão vivos após as rebeliões nos centros socioeducativos ou nos presídios, portanto, quando estão sob tutela e responsabilidade do Estado. Essa é a forma descrita por Bento (2018) como um necrobiopoder, cuja governabilidade precisa produzir zonas de morte. As redes de resistência e esperança tecidas por mães da periferia são trincheiras da guerra do amor contra o ódio.

Ângela Davis (2018) orienta que, ao analisarmos a trajetória de mulheres negras, devemos perceber que muitas vezes elas se encontram triplamente oprimidas: a) sofrem por serem mulheres em uma sociedade machista; b) em razão de seu pertencimento racial, são vítimas de discriminações; e c) pela sua condição de classe, são submetidas a explorações e precariedades no mundo do trabalho. Essas mulheres representam as dores da periferia por meio de vozes que resistem e recusam-se a opressões e silenciamentos, que lutam para viver e pela vida da juventude pobre e negra. Elas alardeiam sentimentos despertados em virtude das formas de descartar as vidas juvenis reconhecidas ou discriminadas como ameaçadoras ao bom funcionamento da vida social, que devem ser eliminadas antes que coloquem a vida do outro em risco.

Falar sobre as dores da periferia, compartilhar as angústias, criar espaços onde a fala e a escuta dessas mulheres sejam viáveis é uma forma de não silenciar, não precarizar, não subalternizar a experiência de dor e luto de muitas mulheres, pois, como destaca Gayatri C. Spivak (2010), compreender esses sentimentos como dores subalternas é uma violência

epistêmica. Precisamos promover a escuta dessas dores. Linda Alcoff (2020) nos provoca a pensar os desafios éticos e afetivos de falar sobre a dor do outro quando não somos parte do grupo. Porém, a autora destaca que, como toda fala e toda escrita é política, precisamos usar localizações e posicionamentos privilegiados para “falar com”, criando um espaço de diálogo. Quando falo pelos outros, eu crio meu “eu público”, que se compromete e se indigna com os sofrimentos coletivos e cotidianos.

Mapeando afetos e vozes da periferia

Veena Das (2011) discorre que há uma recusa da banalidade da violência ao abrir a dor do outro. O modo como um “evento crítico” rompe a vida cotidiana, obrigando as pessoas a recriarem seus caminhos, torna a experiência com um evento violento, uma maneira capaz de reconfigurar mundos a partir não só da agência das pessoas, mas de suas vozes que enunciam sofrimentos coletivos. Tais narrativas possibilitam que as pessoas encontrem um espaço para que suas dores sejam reveladas. Muitas vezes, esses lugares são os canais de comunicação e as redes sociais, pois as dores da periferia são recorrentemente “televisionadas” ou “viralizadas” nos mais diversos espaços de divulgação de informação. Quer seja pela exposição do evento de violência, quer seja pela narrativa das mulheres em busca de justiça e de preservação da imagem do jovem que perdeu a vida. Sobre as formas de anunciar as dores provocadas pelo luto, destaca-se que:

[...] as mulheres falavam de suas experiências ancorando seus discursos nos gêneros do luto e da lamentação que já lhes atribuíam um lugar no trabalho cultural do luto, mas elas falavam da violência e da dor tanto dentro desses gêneros como fora deles. Através de complexas transações entre corpo e linguagem, elas foram capazes de dar voz e de mostrar os prejuízos causados a elas e também de dar testemunho do dano causado ao tecido social como um todo – o ataque era à ideia mesma de que grupos diferentes fossem capazes de habitar o mundo conjuntamente (Das, 2011, p. 11).

São sentimentos em turbulência remexidos pelos eventos ocasionados pela violência que produzem as dores daqueles que vivem o luto. Ceres VÍctora e Maria Claudia Coelho (2019, p. 11), analisando o lugar das emoções, afirmam que “as emoções teriam uma capacidade ‘micropolítica’, ou seja, uma capacidade de dramatizar, reforçar ou alterar as relações de poder, hierarquia ou *status* dos sujeitos que as sentem e/ou expressam”. Assim, as vozes enunciadas pelas dores da periferia são metamorfoseadas pelas mulheres quando dizem “transformei o luto em luta”. Maria Claudia Coelho (2019, p. 295) destaca em outro artigo que “da trajetória das emoções ao longo da história da antropologia, elas

passam de intrusas indesejáveis a motivações para conhecer, exigindo para isso novas formas de pesquisar e novas formas de narrar”. Para a autora, o lugar das emoções em um contexto etnográfico se apresenta como forma de conhecimento da experiência do outro por meio do contraste com a vivência do pesquisador, via “conhecimento posicionado”, “intersubjetividade” ou “deixar-se afetar”.

Dessa maneira, caminhamos a partir deste ponto do texto por uma escrita afetiva, delineada pelas narrativas de três mulheres nascidas em Fortaleza. Tratam-se de trajetórias de dores que ressoam das periferias marcadas pela injustiça social, cujo cotidiano é atravessado por vozes que enunciam o fim da vida de um jovem, ao mesmo tempo que alardeiam sua recusa aos silenciamentos que podem tornar banal a violência e o sofrimento coletivo. São vozes que gritam as dores da periferia, cujas tensões podem apresentar enredos diferentes e intransponíveis diante de emoções como o medo, a saudade e a desesperança.

Medo

Rebeca é uma jovem estudante universitária de 20 anos de idade³. Ela já teve experiências de trabalho com vínculo empregatício em empresas de venda de seguros e em uma locadora de automóveis. Sua renda consiste em uma bolsa de extensão da universidade e relata que a mãe trabalha muito para que ela possa dedicar-se integralmente aos estudos. A jovem reside em um bairro da periferia com a mãe e a avó e destaca a importância dessas mulheres em sua vida:

Eu sempre tive o apoio da minha mãe, da minha avó, então, teve um tempo que a gente tava muito ruim financeiramente, mas uma das prioridades, por toda a história que ela passou, foi conseguir me manter nos estudos. Um colégio, com todo o esforço do mundo, ela conseguiu pagar um colégio particular pra mim, pra me ver melhor e tentar ser diferente do que ela passou e na faculdade também... minha meta principal hoje é conseguir me formar e não sei se eu quero levar adiante os estudos acadêmicos ou se eu quero passar num concurso ou entrar no mercado de trabalho agora. Ainda não tenho nada definido.

3 Rebeca, um nome fictício, assim como os nomes das outras narradoras deste artigo, é uma das interlocutoras de uma pesquisa que coordeno, intitulada “Herdeiros da violência: trajetórias de jovens que são filhos de jovens vítimas de homicídios no Ceará”. Junto com os pesquisadores de iniciação científica Samara Andrade e Vinicius Cavalcante, estudantes da Universidade Estadual do Ceará (UECE), realizamos entrevistas presenciais com os jovens fortalezenses. Mais informações sobre a pesquisa estão disponíveis em Marinho, Lima e Santos (2019).

Em outros tempos, Rebeca disse que sua casa era mais movimentada, pois, além dela, sua mãe, sua avó, seu avô (que faleceu quando ela tinha 16 anos), suas tias e seus primos (que ela considera seus irmãos) também moravam lá. A jovem relata que sua família sempre viveu de maneira confortável, *“apesar de não termos bens materiais, como casa e carro”*, e ela se considera membro de uma família de classe média baixa, pois, em suas palavras, para definir a classe social de uma pessoa ou de uma família, seria necessário:

[...] ter alguns parâmetros de, como eu posso dizer, do que a pessoa possui, bens materiais, casa própria, carro próprio, nível de contas, de cartão de crédito e até nível cultural do que a pessoa consegue adquirir culturalmente.

Rebeca reconhece sua mãe como chefe da família e responsável pela renda da casa. Diz viver em um *“bairro periférico tranquilo”*, porém, *“a gente percebe que o aumento da milícia tá enorme. Na época do meu pai tinha policial corrupto, mas nessa época está muito pior, principalmente pela conjuntura política atual”*. A jovem revela um medo que a acompanha, especialmente devido ao fato dela fazer parte de uma geração que, com frequência, perde amigos, irmãos e primos em conflitos armados nos quais muitos se tornam vítimas de homicídio: ela tem medo do primo ser assassinado. Valéria Sanches (1997) ressalta que existem diferentes “modos de morrer”, mas que, para os grupos excluídos, a “modalidade do fim” mais presente é a morte violenta. Evidencia-se que as classes mais privilegiadas também são ameaçadas pela violência, mas isso é algo isolado em seu cotidiano, trata-se de uma eventualidade que causa espanto e indignação, uma situação anômala. No entanto, para os moradores dessas regiões, a violência se tornou algo banal. A autora lembra que as mortes violentas ocorrem em vias públicas, expondo os corpos das vítimas e as dores de seus familiares, assim, na periferia os rituais em torno da morte se distanciam das práticas que buscam ocultá-la. Para Sanchez (1997), a incidência das mortes, a frequência dos eventos violentos e a exposição dos cadáveres são elementos que conferem particularidades às periferias, agravando o registro desse acontecimento na memória.

O medo cotidiano de Rebeca se refere à ameaça de morte ao seu primo de 18 anos de idade. Quando ela soube do envolvimento dele com o tráfico de drogas, disse que sofreu muito, pois considera trágico o destino de jovens que se envolvem com o mundo do crime:

Eu sofri muito, muito, muito, porque eu já vinha de uma história de perder, pai, tio, primo e ver que meu primo, que foi criado comigo e que eu considero meu irmão, está entrando para essa vida que a gente sabe que tem poucas saídas: ou morre ou

vai preso. Eu não conheço histórias de gente que se redimiou do crime e hoje está inserido na sociedade completamente.

Ela lamenta que o primo tenha se envolvido com práticas ilegais e perigosas, pois

[...] eu não sei o por quê dele tá fazendo isso. Eu não tô dizendo que pra você entrar pro crime você precisa não ter apoio familiar, você precisa não ter condições financeiras, porque isso tudo ele tinha.

São tensões e sentimentos daqueles que reconhecem que *cada vida importa* e como a morte de um jovem deixa um rastro de dor em seus círculos afetivos. Os sofrimentos coletivos, a desesperança diante do futuro e outros tantos sentimentos movem um caleidoscópio de emoções que circundam as travessias e trajetórias juvenis contemporâneas.

Sobre as lembranças de sua história com o pai, Rebeca aponta a ausência como principal sentido e diz que lembra o dia de seu assassinato - ela tinha 11 anos de idade na época. Seu pai e o irmão estavam envolvidos com o tráfico de drogas no bairro e foram assassinados em diferentes situações de vingança e disputa de território. Ela relata que, no dia do evento, seu pai estava conversando com o irmão na calçada da casa de um familiar quando duas pessoas atiraram e atingiram esse irmão. Na troca de tiros, seu pai matou um dos invasores e ficou jurado de morte. Ele precisou se esconder por algum tempo na casa de familiares da mãe de Rebeca. No entanto, para a jovem, o sentimento de vingança de seu pai foi maior do que o de proteção. Em um confronto com os matadores de seu irmão, ele acabou sendo morto aos 28 anos de idade. Naquela época, seu pai morava com outra mulher e tinha um filho com ela. Sobre sua reação ao saber da morte do pai, a jovem desabafa:

[...] não tive nenhuma emoção na hora. Eu sabia que isso podia acontecer a qualquer momento, por causa do histórico dele. O que mais me chateou na morte dele foi eu não ter tido contato nenhum com ele, que podia ter pedido para me ver [...] o único sentimento que eu tinha por ele era indiferença. Eu nunca tive contato com ele. A única figura paterna que eu tive na minha vida foi o meu avô.

A trajetória de Rebeca é reveladora de signos que sinalizam a condição feminina. Sua mãe viveu uma “maternidade solo” mediante a “paternidade irresponsável” de seu pai, que não se fez presente em sua vida, no entanto, ela compartilha com a mãe o mesmo medo

que esta viveu outrora: ter um jovem de seu ciclo de afetos assassinado. A mãe temia pelo companheiro de vida, em risco na época em que viviam juntos, e Rebeca vive com medo de que seu primo/irmão perca a vida. São dores de mulheres da periferia que também vivenciam injustiças e inseguranças. Nancy Fraser (2006) destaca que pessoas sujeitas às injustiças culturais e econômicas necessitam não só de políticas de redistribuição, mas de reconhecimento. Gênero e raça, segundo a autora, são “coletividades bivalentes” que sinalizam formas de injustiça referentes à sua situação de classe explorada e de sexualidade desprezada. Para a autora, esses danos são injustiças de reconhecimentos, pois “a desvantagem econômica das mulheres restringe a ‘voz’ das mulheres, impedindo a participação igualitária na formação cultural, nas esferas públicas e na vida cotidiana” (Fraser, 2006, p. 234). Sensível a isso, a mãe de Rebeca, ao viabilizar que sua filha se dedique aos estudos, pode levá-la a recriar seus caminhos e produzir percepções de mundo que contestarão sua condição de subalternidade e opressão, tornando outra condição de vida feminina possível.

Saudade

Nos idos dos anos 2000, eu iniciei uma pesquisa sobre as trajetórias de jovens viúvas que tiveram filhos com garotos envolvidos em situações de violência que ocasionaram suas mortes⁴. Nessa época, as periferias de Fortaleza eram recortadas por galeras e grupos juvenis que, classificados como “gangues”, carregavam seus territórios em seus corpos quando se movimentavam pela cidade (Diógenes, 2003). Os jovens frequentavam bailes *funk*, estádios de futebol, praças e praias, deixando suas contradições e contravenções como marcas juvenis, ao mesmo tempo que geravam medos sociais e repressões violentas por parte dos agentes do Estado, como ocorre até os dias de hoje. Os conflitos entre as gangues eram de ordem territorial, referentes aos bairros e às comunidades inimigas que cada grupo frequentava. Passados alguns anos, com a emergência de uma nova nomenclatura, as “facções criminosas”, as regras, as éticas e os territórios também ganharam novos entendimentos e delimitações.

Clara era uma dessas jovens que curtia os bailes *funk* nas comunidades periféricas de Fortaleza. Ela relata que adorava essa diversão juvenil, que era embalada por canções

4 Essa pesquisa foi realizada durante os anos de 2000 a 2004, mediante acompanhamento das trajetórias de vida de jovens meninas das periferias que tiveram filhos e foram surpreendidas pela morte precoce de seus companheiros. Ela traz reflexões sobre a condição feminina e as experiências com a maternidade, o luto e a convivência nos espaços públicos de suas comunidades. Os resultados foram apresentados em capítulo de livro (Marinho, 2009), em meus trabalhos de conclusão de curso na Graduação em Ciências Sociais e no Mestrado (Marinho, 2004) em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a orientação do Prof. César Barreira, a quem sou grata por me ensinar a pesquisar os fenômenos da violência e os jovens da periferia a partir da escuta de suas histórias.

como “*Era só mais um Silva que a estrela não brilha. Ele era funkeiro, mas era pai de família*”, do MC Marcinho, bem como um *funk* clássico dos MCs Cidinho e Doca:

*Eu só quero é ser feliz,
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é!
E poder me orgulhar,
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar.*

Como Clara é filha única, seus pais sempre ficavam de olho em suas perambulações. No entanto, ela me disse que sempre teve uma relação de confiança e cumplicidade com sua mãe, que a incentivou, tempos depois, a concluir um curso de Auxiliar de Enfermagem. Trata-se da profissão da mãe que a filha optou por seguir.

Sua juventude foi marcada por “namoros proibidos” - ela relata que não era uma escolha intencional, mas costumava namorar garotos “com envolvimento”. Na época, “ter envolvimento” era ser um “gangueiro” ou “drogueiro”, termos que o senso comum atribuía aos jovens que integravam as gangues juvenis e usavam de forma abusiva e constante substâncias psicoativas (p. ex., maconha, *crack*, cocaína e remédios de uso controlado, como *rohypnol*). Os dois relacionamentos que marcaram a juventude de Clara foram com garotos que sua família reprovava e eles não podiam frequentar sua casa. A jovem tentava manter os relacionamentos em segredo, mesmo sabendo que sua família tinha conhecimento deles. Para ela, havia certa empolgação em ser “*a mulher do chefe da gangue*”: se por um lado isso produzia a reprovação de sua família e da comunidade (que a estigmatizava), por outro, o grupo juvenil exaltava sua condição feminina, pois a “mulher do chefe” tinha *status* e não poderia ser molestada. Clara afirma que esse papel também exigia dela valentia e coragem para defender seu amado dos males e perigos de uma vida em risco.

Embalada por um discurso amoroso que exalta a alegria do amor vivido, a jovem considera que viveu uma história de amor com o namorado com quem teve seu primeiro filho. Esse relacionamento nasceu de maneira despreziosa, pois ela relata que “ficou” com Beto para fazer ciúmes em seu namorado na época, João, sem imaginar que esse relacionamento marcaria sua trajetória de vida. Ela descreveu João como uma pessoa violenta, que costumava agredi-la física e emocionalmente, além de ser temido pelos demais moradores do bairro. Sobre Beto, sua memória guarda um sentimento de felicidade:

Era muito bom ficar com ele. Até que ele era diferente. Ele era de gangue, era muito doido, era chefe de gangue, mas comigo, pra mim, ele não era. Era como se ele não fosse tudo aquilo que falavam dele, que ele fazia, entendeu?! Porque ele era muito bom pra mim.

Beto e Clara tinham a mesma idade quando começaram a namorar: 20 anos. Clara estudava e estava concluindo o Ensino Médio via supletivo. Seu desejo era ingressar em um curso de Auxiliar de Enfermagem e Beto a incentivava a estudar para ter uma vida autônoma, sem precisar da ajuda de sua família. Ela morava na casa da mãe e viveu a infância em torno dos conflitos familiares, em razão de seu pai apresentar problemas com o alcoolismo, o que o tornava violento com ela e sua mãe. Beto morava sozinho em uma casa pequena, um “puxadinho” que sua família construiu para ele no terreno da casa de sua família. Ele tinha deixado de estudar, vivia de atividades informais e ilegais e respondia em liberdade por um homicídio que cometera antes de começar a se relacionar com Clara. Certa vez, ela estava com Beto na casa dele quando um amigo apareceu e pediu para ele vender uma bicicleta para um traficante. Beto disse para Clara que resolveria logo o pedido do amigo e saiu de casa. No meio do caminho, ele cruzou com uma viatura da polícia e um rapaz acusou Beto do roubo de sua bicicleta. O jovem foi encaminhado para a delegacia do bairro e assim que soube do ocorrido Clara foi atrás do namorado.

Beto ficou alguns dias preso na delegacia e Clara contou que esse período foi difícil para ele, especialmente em razão de sua dependência química. Em crise de abstinência, ele pediu que ela levasse “umas paradas” para seu consumo, mas ela se negou. No momento em que sua crise se tornou insuportável, Beto tentou se enforcar na delegacia. Clara relata que fez tudo o que estava ao seu alcance para conseguir o dinheiro da fiança estipulado pelo juiz. Vendeu seus poucos pertences, pediu dinheiro emprestado, juntou-o com a quantia que a família de Beto tinha arrecado e conseguiram soltar o rapaz. A partir disso, Beto entrou em um profundo processo de depressão e Clara ficou sem saber como ajudar o amado. O que pôde fazer foi passar mais tempo com ele e levava o filho à casa do namorado. No entanto, em certa noite ela acordou e não o encontrou dormindo na cama ao seu lado. Quando chegou à cozinha da pequena casa, deparou-se com ele morto. Beto havia conseguido se enforcar e morreu em casa. Clara tornou-se uma jovem viúva, perdendo precocemente seu companheiro aos 23 anos de idade. Ela passou a criar o filho sozinha, atravessada pela saudade e pela culpa de não ter sido capaz de proteger o amado:

Hoje em dia eu ainda sou inconformada, porque como é que pode, meu Deus do céu! A gente vivia tão bem. Talvez se ele não tivesse morrido a gente já podia tá morando junto. [...] Pra mim, ele não morreu. Eu chego lá no cemitério e falo: “Oi meu amor, cheguei!” Aí me sento lá no túmulo dele e converso as coisas que tá acontecendo comigo. Agora eu parei mais com isso, porque eu tô me acostumando, né? Me acostumando a viver sem ele.

Viver o luto é um ritual de apreciação do tempo, de esperas e tentativas de conciliar a dor e a saudade. Para as mulheres, a viuvez inaugura um momento de controle muito maior de seus corpos e seus sentimentos. Espera-se delas uma infinita declaração de honra e fidelidade ao companheiro perdido, nutre-se um desejo de que elas rompam com o social e mergulhem por completo em si mesmas, pois viver o luto é uma forma de lembrar o morto. Spivak (2010), ao analisar um ritual fúnebre no qual a viúva hindu deve atirar-se sobre a pira funerária do marido falecido, demonstra como a condição da mulher é de subalternidade e de dupla opressão, pois além de não ter espaço para enunciar sua voz política e ser ouvida, sua condição de gênero e a manutenção das estruturas de poder da sociedade são produtoras de “mudez” e “silenciamento feminino”. No caso da viuvez, geralmente, um comportamento não regido pela reclusão e pelo sofrimento público leva as pessoas a pensar que elas não estão vivendo o luto como deveriam, portanto, são anuladas, negadas e condenadas por não expressarem a consideração e o reconhecimento merecidos pelo companheiro perdido e demandados pela sociedade de uma viúva. Nesse cenário, o silêncio e a invisibilidade podem ser formas de proteção e resistência.

Hoje, Clara vive um novo relacionamento, teve outros dois filhos e continua morando na mesma casa em que viveu sua infância e adolescência. Ela não tem mais contato com os familiares de Beto, nem mesmo seu filho, que vive no mesmo bairro com esses parentes. No entanto, existem alguns rituais que a saudade não deixa esquecer:

[...] quando é aniversário dele eu vou para o cemitério, dia dos pais eu vou também. Meu filho ia comigo, mas agora que cresceu não vai mais.

Seus dois filhos meninos e seu novo companheiro trabalham com *surf*, dando aulas e participando de campeonatos. Sua filha caçula é iniciante no esporte. Além de sua formação como auxiliar de enfermagem - Clara atua na linha de frente do combate ao coronavírus, por trabalhar em um posto de saúde de seu bairro -, ela concluiu um curso de Serviço Social - defendendo uma monografia sobre a trajetória de mães que têm filhos cumprindo medida de internação no sistema socioeducativo do Ceará. Essa jovem representa uma das dores da periferia, pois a saudade fez dela uma porta-voz de outras mulheres cujos filhos, namorados, irmãos e amigos lidam com um cenário de vidas breves e ameaçadas.

Desesperança

Territorialmente, a periferia é reconhecida como um lugar longe do centro de uma cidade ou situada em um ponto distante de um espaço dominante. Socioeconomicamente, ela é referência de desigualdade e exclusão. São os bolsões de pobreza que demarcam

as diferenças e injustiças dos modos de viver recortados por classe e raça. Culturalmente, a periferia é produtora de uma “arte marginal”, que ressoa a criatividade oriunda das periferias. Para Grada Kilomba (2020, p. 168), as divisões geográficas coreografadas pelo racismo são produtoras de fronteiras entre “o mundo das/os ‘superiores’ e o mundo das/os ‘inferiores’, entre o ‘aceitável’ e o ‘inaceitável’, entre as/os ‘boas/bons’ e as/os ‘más/maus’, entre o ‘Nós’ e as/os ‘Outras/os’, evitando a contaminação das/dos primeiras/os pelas/os segundas/os”.

Diante disso, convido as(os) leitoras(e)s deste artigo a olharem de modo intrometido, reparando e considerando que a periferia, quando sinônimo de precariedade, está em movimento e territorializa-se mediante o viver dos moradores de rua, ou melhor, das pessoas com experiência de moradia de rua. Portanto, tratam-se de grupos periféricos que fazem parte da paisagem de vários pontos da cidade, porque circulam, nomadizam e reinventam modos de viver. Prefiro afastar minha percepção sobre o que é ser uma pessoa que vive nas ruas a partir da temporalidade, da quantidade de dias e noites que passam “fora de casa”. Opto por partir da ideia de experiência, como define Joan Scott (1999), entendendo-a como um evento linguístico, tanto coletivo quanto individual, dotado de significações mutáveis, que, por meio da linguagem, constitui o sujeito discursivamente em sua experiência compartilhada. Lembro-me de um jovem que conheci em minhas perambulações de pesquisa que disse: *“eu posso até sair da rua, mas a rua nunca vai sair de mim”*. Essa narrativa desvenda sua experiência, seu corpo revela sua trajetória, seu discurso evidencia o lugar de seus multipertencimentos. As experiências do movimento nômade, imbricadas por tantos acontecimentos, produzem as “singularidades inquietantes” que compõem as trajetórias de vida nas ruas de cada pessoa⁵.

Com isso, relato uma história de dor da periferia de duas mulheres, mãe e filha, que tive a oportunidade de conhecer e com quem convivi em diferentes momentos e situações. Dona Lúcia é mãe de três filhos e atua como trabalhadora doméstica. Seu primeiro marido, pai de seus dois primeiros filhos, José e Juliana, é falecido. Ela teve outro companheiro, pai de sua terceira filha, Jamile. Dona Lúcia possui casa própria e é a chefe de sua família nos sentidos econômico e afetivo. Conheci Juliana quando ela tinha 12 anos de idade. Tratava-se de uma jovem com experiência de moradia de rua que cruzou minha vida enquanto ela morava no centro da cidade e eu trabalhava em uma instituição municipal que promovia políticas públicas para crianças e adolescentes. Demorei muito para conquistar a confiança e simpatia dessa jovem, que tinha como um de seus traços mais marcantes a inquietação e a ousadia. Ela não só perambulava pelas ruas da cidade, mas pelas emoções e preocupações

5 Os dados dessa pesquisa etnográfica resultam de uma experiência nascida de minha atuação em uma instituição de promoção de políticas públicas para a infância e a adolescência em Fortaleza, durante os anos de 2005 a 2008, que transformei em um projeto de pesquisa do doutorado concluído na UFC (Marinho, 2012). Essas travessias de pesquisa fizeram de mim uma socióloga com experiência em gestão pública, que teve o privilégio de ser orientada nas duas atividades pela Profa. Glória Diógenes, a quem sou grata por ter me ensinado a fazer pesquisa etnográfica sobre e com as juventudes.

das pessoas de seu círculo de afetos. Quando conquistei seu carinho, logo perguntei sobre sua família. Ela não quis falar a respeito disso e temi perder a confiança que ela havia depositado em mim. Em razão do trabalho institucional de acompanhamento dos jovens que viviam nas ruas, eu soube o que havia motivado a saída de Juliana de sua casa: ela sofreu abuso sexual, cometido por seu padrasto.

Com o passar do tempo, Juliana me fez essa revelação e disse que antes de “fugir de casa” contou o ocorrido à mãe, que não acreditou em sua história. Quando conheci Dona Lúcia, ela me contou que toda vez que tinha folga no trabalho, ia atrás de Juliana, na tentativa de fazer com que voltasse para casa, pois o padrasto já não morava mais lá. Não era muito difícil perceber a dor dessa mãe de uma vítima de abuso sexual que fugiu de casa para viver nas ruas. Seus olhos marejados evidenciavam suas aflições e o medo dessa maternidade margeada por culpa, angústia e desesperança. Outra dor que ela me revelou foi a tristeza de ter um filho preso no sistema penal cearense por tráfico de drogas. Com isso, Dona Lúcia vivia sozinha em sua casa na periferia de Fortaleza com sua filha mais nova, suas dores e preocupações diante dessa “maternidade não convencional”, como definiu Alice - citada no começo deste artigo -, ou seja, uma maternidade onde as instituições entrecruzam as vidas das famílias e as aflições atormentam seus corações, preocupados cotidianamente em saber se seus filhos permanecerão vivos e em segurança.

Enquanto viveu nas ruas, as experiências de Juliana foram marcadas pelas interseccionalidades (Crenshaw, 2002) de sua condição humana, portanto, pelos múltiplos sistemas de opressão, em particular os articulados por raça, gênero e classe. Carla Akotirene (2019) destaca que a interseccionalidade é, antes de tudo, uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais. Mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais frequentemente posicionadas em “avenidas identitárias”, que as tornarão vulneráveis à colisão das estruturas e dos fluxos modernos. Juliana precisou adotar suas estratégias de sobrevivência nas ruas. Como era esperta e sedutora, logo se integrou a um grupo e conquistou o coração de um jovem reconhecido como o líder dos meninos.

Uma história à la “Capitães da Areia”, do escritor baiano Jorge Amado (2008), foi encenada nas ruas da cidade de Fortaleza. Juliana me lembrava Dora, a namorada de Pedro Bala. Ela participava das decisões do grupo, das aventuras, das atividades arriscadas e dizia que não queria ser encaminhada para um abrigo que acolhia as meninas que viviam nas ruas, porque não poderia deixar seu grupo sem seus cuidados (e comandos). Na rua, ela precisava proteger-se expondo sua fortaleza, além de submeter-se aos ilegalismos que colocavam sua vida constantemente em risco. Lembro uma ocasião em que Juliana passou um dia inteiro sem dar notícias. Tanto seu grupo quanto eu e os demais educadores sociais ficamos atordoados. Só tivemos informações da menina no dia seguinte, quando ela mesma revelou seu paradeiro: havia ficado presa em uma “boca de fumo”, porque não

tinha dinheiro para pagar a droga que consumiu e precisou fazer sexo com o traficante como pagamento. Trata-se de uma prática perversa de objetificação do corpo feminino, que faz com que os homens atribuam um valor e passem a acreditar que são donos de seus corpos e suas vidas, submetendo-as a situações violentas.

Certa vez, fui surpreendida pela notícia de que Juliana havia deixado as ruas e estava no abrigo das meninas. Fui saber o que tinha acontecido e ela me contou que brigara com o namorado e precisava de “um tempo” longe dele. No abrigo, a jovem se envolveu em um conflito com outra menina que, segundo Juliana, havia xingado sua mãe. Os profissionais da instituição acionaram equivocadamente a polícia e a menina foi encaminhada à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA). Apesar das muitas tentativas de implantação de ações de mediações de conflitos nas instituições que atendem aos jovens, a lógica punitivista e policialesca ainda é uma desafio a ser superado. Em decorrência desse ato, ela passou a cumprir uma medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e foi novamente encaminhada ao abrigo. Tempos depois, Juliana fugiu e voltou a viver na ruas do centro da cidade. Já não namorava Pedro e começou a andar com um novo grupo. Nessa época, era difícil receber notícias da menina, porém, quando chegaram elas anunciaram uma desesperança.

Como não cumpriu com assiduidade sua primeira medida socioeducativa, ela foi encaminhada a um centro educacional depois de sentenciada a uma medida de internação por ter sido acusada de um crime análogo ao roubo de um celular no centro de Fortaleza. Fui visitar Juliana nessa instituição. Em nossa conversa, ela me perguntou com uma voz engasgada: “*Você já sabe, né!?*”. Respondi que sim. A jovem tinha contraído o vírus da imunodeficiência humana (*human immunodeficiency virus* [HIV]) e também estava grávida. Após concluir os seis meses de sua pena, Juliana foi para casa de sua mãe. Após o nascimento do filho, ela o entregou a mãe e foi viver seus últimos dias na rua até sua morte aos 18 anos de idade. Dona Lúcia segue desempenhando seu papel de “mãe não convencional”. Passou a criar o neto como filho, continuou visitando José no presídio e passa seus dias cuidando de sua (agora) única filha, Jamile. Dona Lúcia vai sobrevivendo com as dores que fazem com que as mães das periferias enterrem seus filhos precocemente, invertendo a “lógica natural da vida” - reconfigurando a cada dia a lógica do necrobiopoder, produtora de vidas juvenis breves que são cruzadas por medos, desesperanças e saudades.

É como Conceição Evaristo (2008, p. 10) enuncia em sua poesia:

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

Os relatos aqui descritos são “escrevivências” minhas, como aprendi com Conceição Evaristo (2008). São experiência compartilhadas através das palavras que revelam minhas observações em uma pesquisa afetiva que realizei e, sobretudo, que vivenciei com e sobre as travessias juvenis e os “afetos de rua”⁶. Pude ouvir as histórias dos jovens em uma experiência etnográfica, fazendo uso exclusivo de uma “observação vivencial”, que me proporcionou estar com os narradores dessa pesquisa, em diferentes tempos e lugares, sem precisar ou querer usar equipamentos tecnológicos que tentam gravar as palavras na tentativa de alcançar sentidos e sentimentos compartilhados.

Por uma “políticas de afetos” que descolonize os direitos humanos: apontamentos finais

Ao realizar uma pesquisa no campo da sociologia e da antropologia das emoções, percebemos como a(o) pesquisadora(o) não é uma pessoa meramente fora da realidade descrita, pois há um sentimento engendrado pelo método em si e que tece uma aliança entre narradoras(es) de pesquisa. Tratam-se de emoções que criam um caminho para a compreensão do outro, a partir da vivência de uma experiência com empatia pelas emoções compartilhadas com outra pessoa, no exercício de alcançar a alteridade. Esse é o momento da pesquisa no qual o encontro de um dado ou uma hipótese ganha um corpo atravessado por sentimentos comuns a quem observa e quem está sendo observada(o). É um encontro de gestos, pois um número virou uma história e um contato virou uma relação. Pesquisas que tematizam sofrimentos, violências e injustiças e podem afetar as(os) pesquisadoras(es) que, atravessados pela empatia, desenvolvem na atividade científica uma vocação política - uma política de afetos.

Bell Hooks (2021) ressalta que precisamos construir uma ética amorosa para que possamos praticar o amor. A autora afirma que o amor é uma ação cujos princípios são o cuidado, a afeição, a responsabilidade, o respeito, o compromisso e a confiança, e ele representa uma alquimia transformadora diante do desamor ao qual todos estamos socialmente submetidos. Descolonizar as formas como amamos envolve práticas de resistência contra os sistemas interligados de opressão, pois vivemos em uma cultura que defende a violência, o desamor e a morte, sendo o poder a ordem do dia, ao invés da defesa da vida, do cuidado, do afeto, do carinho. Portanto, para Hooks (2021), o amor envolve uma atitude cotidiana. Compreender com afeto as dores da periferia é uma maneira de rejeitar a banalização dos sofrimentos coletivos enunciados pelas vozes das periferias - vozes de

⁶ Dados dessa pesquisa foram apresentados em minha tese de doutorado (Marinho, 2012), bem como em Marinho (2013).

mulheres que sonham que seus filhos continuem vivos; vozes que precisam ser, nos mais diversos espaços e nas mais variadas interlocuções, alardeadas recorrentemente.

Com isso, uma política de afetos parte da compreensão dos direitos humanos como uma travessia do cotidiano que cria formas de convivência entre pessoas diferentes sob a ética do amor. Hannah Arendt (2012) já tinha nos convidado a reconstruir uma nova concepção de direitos humanos, pois os princípios da igualdade, da liberdade e da fraternidade, que formam a base doutrinária desses direitos, na verdade são abstratos e sua aplicação prática se mostra difícil. O problema desses direitos é que eles se referem a uma nação, estão ligados a ideia de cidadania e soberania do Estado. Para Arendt (2012), a reconstrução dos direitos humanos requer o reconhecimento do “direito a ter direitos” de cada ser humano, com isso, as pessoas devem ter direitos independentemente de suas fronteiras nacionais.

Ao descolonizar os direitos humanos, passamos a pensá-los a partir de uma política de afetos e do reconhecimento das diferenças, portanto, pensamos sob a perspectiva de direitos contra-hegemônicos, não eurocêtricos, não elaborados por homens brancos, ocidentais e detentores de privilégios, ou seja, em uma percepção decolonial, dialogada com a vida cotidiana das pessoas. Não são temas advindos de séculos passados, mas daquilo que acontece hoje, dizendo respeito as recusas das opressões e dos silenciamentos de grupos que vivem a experiência da precariedade e da subalternidade. Com isso, as reivindicações das mulheres das periferias, alardeadas pelas suas dores, além de envolverem a proteção à vida, falam sobre o reconhecimento da condição juvenil, da condição feminina, de uma maternidade na qual se possa sonhar com um futuro para os filhos, e com uma vida comunitária não marcada pela violência institucional. São lutas por reparações históricas decorrentes de uma sociedade atravessada pelo machismo, pelo racismo, pela transfobia e pelo patriarcalismo, que estabelece quem pode viver e quem deve morrer. Combate-se, a partir dessas vozes, a seletividade penal, a desmilitarização da polícia e a descriminalização das drogas, entre tantas outras bandeiras de lutas pelos direitos humanos contemporâneos enunciadas pelas dores das periferias.

Referências bibliográficas

- Amado, Jorge. (2008). *Capitães de Areia*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo, SP: Pólen.
- Alcoff, L. (2020). O problema de falar por outras pessoas. *Abatirá: Revista de Ciências Humanas e Linguagens*, 1(1), 409-438.
- Arendt, H. (2012). *Origens do totalitarismo*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. (2016). *Cada Vida Importa: Relatório Final do Comitê*

-
- Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Recuperado de https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/relatorio_final.pdf
- Bento, B. (2018). Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, 53, 1-17.
- Butler, J. (2019). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (6a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Coelho, M. C. (2019). As emoções e o trabalho intelectual. *Horizontes Antropológicos*, 25(54), 273-297.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
- Das, V. (2011). O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, 37, 9-41.
- Davis, A. (2018). *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Diógenes, G. M. S. (2003). *Itinerários de corpos juvenis*. São Paulo, SP: Annablume.
- Evaristo, C. (2008). *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte, MG: Nandyala.
- Fraser, N. (2006). Da distribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, 14/15, 231-239.
- Favret-Saada, J. (2005). Ser afetado. *Cadernos de Campo*, 13, 155-161.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). Atlas da Violência 2020. Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>
- Hooks, Bell. (2021). *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo, SP: Elefante.
- Kilomba, Grada. (2020). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó.
- Leite, I. L. S. (2018). *“É meu direito de mãe”: narrativas de mulheres integrantes do grupo de mães do sistema socioeducativo de Fortaleza* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE.
- Leite, I. L. S., & Marinho, C. H. (2020). Redes de resistência e esperança: narrativas de mães do Ceará que lutam por reconhecimento, memória e amor. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, 36, 343-362.
- Marinho, C. H. (2009). Marcas do tempo: relatos sobre a morte e o luto para jovens viúvas da violência. In I. Barreira, & C. Barreira (Orgs.), *A juventude e suas expressões plurais* (pp. 65-84). Fortaleza, CE: Ed. UFC.
- Marinho, C. H. (2004). *Jovens Viúvas: o universo interdito da violência urbana juvenil*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.
- Marinho, C. H. (2012). *Afetos de rua: culturas juvenis e afetividades nos bastidores da cidade* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.
- Marinho, C. H. (2013). Inquietações sobre juventudes, experiências e metodologias. *O Público e o*

Privado: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, 21, 33-51.

Marinho, C. H. (2020). Cidades e emoções: rotas juvenis, encontros e movimentos. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 19(55), 51- 63.

Marinho, C. H., Lima, S. E. A., & Santos, V. C. (2019). Experiências, multipertencimentos e riscos de vida: narrativas de jovens filhos de jovens vítimas de homicídios. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, 9(2), 168-190.

Perin, V. P. (2021). Sobre histórias, fragmentos e silêncios em narrativas engajadas. *Anuário Antropológico*, 46(1), 298-314.

Sanches, V. (1997). Ao encontro de Mnemosyne: reflexões sobre a morte na periferia de São Paulo. *Plural: Revista de Ciências Sociais*, 4, 60-77.

Scott, J. (1999). Experiência. In Alcione Silva (Org.), *Falas de gênero* (pp. 21-55). Florianópolis, SC: Mulheres.

Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG.

Vianna, A., & Farias, J. (2011). A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, 37, 79-116.

Víctora, C., & Coelho, M. C. (2019). A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão. *Horizontes Antropológicos*, 25(54), 7-21.

Para citar este artigo

Norma A – ABNT

MARINHO, C. H. Dores da periferia: mapas afetivos e vozes que recusam os silenciamentos femininos. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 11, n. 27, p. 92-114, 2021.

Norma B – APA

Marinho, C. H. (2021). Dores da periferia: mapas afetivos e vozes que recusam os silenciamentos femininos. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 11(27), 92-114.

Norma C – Vancouver

Marinho CH. Dores da periferia: mapas afetivos e vozes que recusam os silenciamentos femininos. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2021 [cited Ago 21, 2021];11(27):92-114. Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/5533>